

Nota Informativa

Edição 076/2024

DESTAQUES

CGU abre debate com a sociedade civil para aprimorar Lei de Acesso à Informação

Novas fontes de recursos serão liberadas pelo Conselho Gestor do Fust para o programa Escolas Conectadas, afirma secretário Hermano Tercius

Lira pretende instalar grupo de trabalho da reforma tributária na semana

Europa cria referência global, com legislação para regulamentar IA

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Advogado-geral da União defende debate qualificado sobre IA nas eleições

Alexandre de Moraes cobra união internacional para regulamentar big techs

Debatedores defendem em seminário regulamentação de inteligência artificial

AGU e plataformas digitais assinam acordo contra desinformação no RS

Aberta Consulta Pública sobre Proposta de Procedimento de Supervisão de Produtos Homologados

Especialistas debatem riscos de ataques cibernéticos no país

Tribunal avalia a qualidade dos serviços públicos digitais

CCDD debateu proteção de crianças contra uso excessivo de telas

REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: CNI se posiciona contra a inclusão de mais produtos na cesta básica

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Indicação de Magda à presidência da Petrobras será analisada por comitê na terça-feira (21)

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Contratação pela CLT elevaria arrecadação

JUDICIÁRIO

TSE retoma julgamento de dois recursos que pedem cassação de senador Sergio Moro

MP não tem legitimidade para pedir interrupção da cobrança de tributo, ainda que declarado inconstitucional

Pejotização: STF mantém vínculos de emprego reconhecidos pela Justiça do Trabalho

Pacheco defende lei sobre IA para não precisar de Judiciário

Primeira Turma do STF analisa na terça-feira (21) denúncia apresentada contra Carla Zambelli

Ministros discutem desafios para garantir independência do Judiciário em seminário no STF

Defesa de Bolsonaro entra com recurso no STF para tentar reverter inelegibilidade

ORÇAMENTO

Prefeitos têm razão ao cobrar União por mais recursos, diz Lula

POLÍTICA

Lira impõe silêncio a candidatos à presidência da Câmara sobre sucessão

Diante de prefeitos, Lira defende solução negociada para desoneração da folha

Período de escolha do líder da minoria no Congresso é alterado

'É provável que o União Brasil caminhe com Lula em 2026', diz ministro do Turismo sobre disputa à Presidência

Entidades e sindicatos de cinema pedem aprovação do PL dos streamings

RELAÇÕES EXTERIORES

Gestão debate identidade digital, assinatura eletrônica e interoperabilidade com União Europeia e países da América latina e Caribe

TRABALHISTA

Política eleitoral e desacordo com sindicatos paralisa PL dos motoristas de aplicativos na Câmara

Caixa tenta recuperar mais de R\$ 6 bi em dívidas de agentes financeiros junto ao FGTS

DESTAQUES

CGU abre debate com a sociedade civil para aprimorar Lei de Acesso à Informação
Poder Executivo | 21/05/2024 – 09h09min

A Controladoria-Geral da União (CGU) realizou na última segunda (20), reunião do

Grupo de Trabalho de Transparência de seu Conselho de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção (Cticc) para discussão de aprimoramentos normativos para o acesso à informação. Na reunião, ficou estabelecido que os setores representados no GT terão 15 dias para apresentar propostas, prazo prorrogável caso necessário. A iniciativa se soma aos esforços que têm sido desenvolvidos pela CGU desde o início de 2023 para aprimorar a aplicação da Lei de Acesso à Informação (LAI). A CGU em parceria com outros órgãos e membros da sociedade civil busca ampliar as discussões e garantir o pleno direito dos cidadãos de acessar informações públicas. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Novas fontes de recursos serão liberadas pelo Conselho Gestor do Fust para o programa Escolas Conectadas, afirma secretário Hermano Tercius

Poder Executivo | 21/05/2024 – 12h21min

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) organizou na terça-feira (21) a Oficina Escolas Conectadas para apresentar os editais da seleção BNDES-FUST (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações). Com isto, os proponentes puderam entender e tirar dúvidas sobre os editais do programa, que tem como objetivo conectar 1,4 mil escolas e beneficiar 500 mil alunos do Norte e Nordeste do país. Representando o Ministério das Comunicações, o secretário de Telecomunicações, Hermano Tercius, afirmou que conectar todas as escolas públicas do país é uma das prioridades da pasta e para isso serão liberadas novas fontes de recursos não-reembolsáveis. “A gente está em vias de liberar outra fonte de recursos não-reembolsáveis, que é o benefício fiscal, em que a própria empresa deixa de recolher o Fust para fazer os projetos”, disse. “Nós conseguimos, na última sexta-feira (17), a publicação e a assinatura do presidente Lula que atualizou o decreto do FUST para viabilizar esse uso do benefício fiscal”, completou o secretário. Fonte: ASCOM MCOM

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Lira pretende instalar grupo de trabalho da reforma tributária na semana

Poder Legislativo | 20/05/2024 – 16h55min

Mais de três semanas após ter recebido o texto principal da regulamentação da reforma tributária, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), deve instaurar o grupo de trabalho que debaterá o texto nos próximos dias. A aliados, o deputado alagoano sinalizou que fará últimas conversas com líderes partidários e que pretende publicar o ato de instalação do colegiado entre terça (21) e quarta-feira (22). Havia a expectativa de que Lira esperasse o envio do segundo texto da regulamentação, que deve ocorrer ainda na semana, para tirar do papel os dois GTs para tratar do assunto. O primeiro texto, já enviado pelo Executivo, define o funcionamento do sistema. O segundo, esperado para esta semana, trata sobre o comitê gestor do IBS e as disputas jurídicas em torno do imposto. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Europa cria referência global, com legislação para regulamentar IA

Poder Executivo | 21/05/2024 – 11h40min

Regras históricas da Europa sobre inteligência artificial (IA) entrarão em vigor no próximo mês, depois que os países da União Europeia aprovaram na terça-feira (21) um acordo político alcançado em dezembro, estabelecendo uma referência mundial sobre essa tecnologia. A Lei de IA da União Europeia é mais abrangente do que a abordagem voluntária dos Estados Unidos, enquanto a China tem como objetivo manter a estabilidade social e o controle estatal. A votação dos países da UE ocorreu dois meses depois que os parlamentares europeus aprovaram a legislação sobre o tema, elaborada pela Comissão Europeia em 2021, após uma série de alterações importantes. As preocupações com a interferência da inteligência artificial para a desinformação, notícias falsas e cooptação de material protegido por direitos autorais se intensificaram globalmente, nos últimos meses, em meio à crescente popularidade de sistemas de IA generativa como o ChatGPT, da OpenAI, e o chatbot Gemini, do Google. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**Advogado-geral da União defende debate qualificado sobre IA nas eleições**

Poder Judiciário | 21/05/2024 – 14h53min

O advogado-geral da União, Jorge Messias, defendeu na terça-feira (21) a importância de um debate qualificado sobre o uso da inteligência artificial no processo eleitoral. A declaração foi dada durante abertura do “Seminário Internacional – Inteligência Artificial, Democracia e Eleições”, promovido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e pela Escola de Comunicação, Mídia e Informação da Fundação Getúlio Vargas (FGV Comunicação). Para Jorge Messias, a forma pela qual o TSE vem enfrentando os novos desafios que se impõem ao processo eleitoral caminham justamente no sentido. “Eu quero dizer que o caminho que a Corte eleitoral tem adotado nesses temas vanguardistas, o fez quando discutiu as fakes news e o faz nesse momento com o uso da inteligência artificial, é o mais correto. Qual seja? Apostar na ciência, apostar na academia, apostar em um debate informado (...) para que a sociedade possa aprofundar a sua reflexão a respeito de um tema da maior relevância”, acrescentou, afirmando que o seminário cumpre esse propósito. Messias também lembrou que a Corte eleitoral expediu resoluções destinadas a combater o mau uso da IA. Fonte :Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)**Alexandre de Moraes cobra união internacional para regulamentar big techs**

Poder Judiciário | 21/05/2024 – 13h48min

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Alexandre de Moraes, defendeu na terça-feira (21) que as big techs sejam consideradas e responsabilizadas como empresas de informação, e não de tecnologia. O ministro também defendeu atuação integrada entre os países para definir regras para as plataformas. “Nós não podemos permitir que essas big techs sejam consideradas empresas de tecnologia. São empresas de publicidade, de mídia, informação e, como tais, devem ser responsabilizadas como as demais”, disse Moraes durante abertura do Seminário Internacional-Inteligência Artificial, Democracia e Eleições, sediado no TSE. A mudança jurídica na categorização dessas empresas vem sendo defendido por Moraes como uma das formas de regulamentar a atuação das plataformas e também torná-las responsáveis pelos conteúdos publicados. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)**Debatedores defendem em seminário regulamentação de inteligência artificial**

Poder Legislativo | 21/05/2024 – 12h54min

Parlamentares e especialistas defenderam na terça-feira (21) que o Brasil e os países que formam o Mercosul desenvolvam uma legislação específica para regular o uso de dados pessoais e de inteligência artificial. Eles participaram de um seminário promovido pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, presidida pelo senador Nelsinho Trad (PSD-MS). Apesar das inúmeras facilidades propiciadas por essas novas ferramentas, deparamos com um grande dilema: como preservar a privacidade dos usuários e seus dados pessoais? Essa preocupação surge quando percebemos que a inteligência artificial necessita de um grande volume de informações para sua otimização. Por isso, existe um crescente interesse dos estados nacionais em harmonizar não apenas a proteção de dados, mas também o uso da inteligência artificial. Isso não tem mais volta — observou Trad. O seminário foi proposto pelo senador Carlos Viana (Podemos-MG), presidente da Comissão Temporária sobre Inteligência Artificial (CTIA). O colegiado analisa o projeto de lei (PL) 2.338/2023, sugerido pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco. O texto regulamenta o uso da inteligência artificial no país. Segundo o presidente da CTIA, a comissão deve votar até julho o relatório do senador Eduardo Gomes (PL-TO). Fonte:Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)**AGU e plataformas digitais assinam acordo contra desinformação no RS**

Poder Executivo | 21/05/2024 – 12h49min

A AGU (Advocacia Geral da União) e as principais plataformas digitais com operação

no país assinaram na 2ª feira (20.mai.2024) um acordo para combater a divulgação de informações falsas relacionadas às enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul. O protocolo de intenções tem como objetivo assegurar que as informações sobre a calamidade que circulam nas plataformas sejam corretas e confiáveis. No entanto, não há no documento nenhum critério claro do que é desinformação. As empresas se comprometeram a tomar medidas em relação a postagens que possam prejudicar a integridade das informações sobre as enchentes no Estado. Além disso, as plataformas também vão facilitar o acesso a dados oficiais e confiáveis sobre a calamidade. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Aberta Consulta Pública sobre Proposta de Procedimento de Supervisão de Produtos Homologados

Poder Executivo | 21/05/2024 – 11h36min

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) abriu Consulta Pública sobre Procedimento Operacional do Programa de Supervisão de Mercado de produtos homologados. A proposta, que possibilita o estabelecimento e a definição de instruções para um programa de acompanhamento periódico de produtos homologados pela Agência e já autorizados a serem comercializados no Brasil, está disponível no Participa Anatel desde o dia 17/5 e receberá contribuições da sociedade até o dia 25/7. A Consulta Pública 28/2024 possibilita o estabelecimento e a definição de instruções para um programa de acompanhamento periódico dos produtos homologados pelos Organismos de Certificação Designados pela Anatel (OCD), no intuito de avaliar a manutenção da conformidade dos produtos certificados por esses organismos certificadores. O Programa de Supervisão de Mercado da Agência está previsto na Resolução nº 715, de 23 de outubro de 2019. Fonte: ASCOM ANATEL

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Especialistas debatem riscos de ataques cibernéticos no país

Poder Executivo | 21/05/2024 – 07h48min

O futuro da segurança cibernética e do compartilhamento de informações entre centros de pesquisa foram alguns dos destaques do Workshop RNP, evento sobre internet e conectividade que começou na segunda-feira (20) em Niterói, na região metropolitana do Rio de Janeiro. O encontro é organizado pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), órgão ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Pesquisadores, governo, empresas e startups participam de uma série de debates no campus da Universidade Federal Fluminense (UFF). O diretor de Cibersegurança da RNP, Emílio Nakamura, reforçou a importância de investir no setor para lidar com os novos desafios trazidos pelas tecnologias em rede. Apesar de defender que o país está se movimentando em termos legislativos e estruturais no setor, alerta que as ameaças digitais têm evoluído de maneira mais rápida do que os sistemas de proteção. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Tribunal avalia a qualidade dos serviços públicos digitais

Poder Judiciário | 21/05/2024

O TCU começa a enviar, na terça-feira (21/5), questionários eletrônicos para avaliar a qualidade dos serviços públicos digitais prestados pelo setor público federal. E você pode ajudar o Tribunal nessa tarefa. Se você recebeu o e-mail para avaliar um dos serviços listados abaixo, clique no nome do serviço, informe o código de acesso que está no e-mail e realize sua avaliação. O tempo estimado de preenchimento é de apenas 5 minutos. Estes são os serviços que você pode avaliar: Benefício Assistencial à Pessoa com Deficiência (BPC); Exame Nacional do Ensino Médio (Enem); Meu SUS Digital (antigo ConecteSUS); Registro de Ocorrência Policial (Devir). As respostas ao questionário serão tratadas de forma agrupada, não havendo, portanto, indicação dos respondentes individualmente. Assim, é importante que você responda da forma mais sincera possível. Fonte: ASCOM TCU

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

CCDD debateu proteção de crianças contra uso excessivo de telas

Poder Legislativo | 20/05/2024 – 18h24min

Especialistas e profissionais da área de internet participaram de audiências públicas promovidas pela Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD) nos dias 14 e 15 de maio. Os debates serviram para que 25 estudiosos apresentassem à CCDD contribuições para o PL 2.628/2022, que busca proteger crianças e adolescentes em ambientes digitais. O projeto é do senador Alessandro Vieira (MDB-SE) e prevê regras para redes sociais, aplicativos, sites, jogos eletrônicos, softwares, produtos e serviços virtuais — como a criação de mecanismos para verificar a idade dos usuários. Também impõe supervisão do uso da internet pelos responsáveis e obriga provedores de internet e fornecedores de produtos a criar sistemas de notificação de abuso sexual e oferecer configurações mais eficientes para a privacidade e a proteção de dados pessoais. “O projeto pretende avançar em relação à segurança do uso da rede respeitando a autonomia e o desenvolvimento progressivo do indivíduo, de acordo com as melhores práticas e legislações internacionais e acompanhando o ritmo das inovações tecnológicas apresentadas ao público infanto-juvenil”, afirma Alessandro Vieira. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: CNI se posiciona contra a inclusão de mais produtos na cesta básica

Mercado | 21/05/2024 – 09h52min

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) decidiu firmar posição contrária à ampliação da lista de produtos com alíquota zero ou com tributação reduzida, como os itens que farão parte da cesta básica nacional na regulamentação da reforma tributária. Os supermercadistas e o agronegócio mobilizam lobbies no Congresso Nacional para incluir carnes na lista de produtos com tributação zero. Pela proposta feita pelo Ministério da Fazenda, as carnes terão alíquota com redução de 60% em relação à tributação padrão de referência, com exceção de produtos para a alta renda, como foie gras, alguns tipos de crustáceos, salmão e bacalhau. Segundo o superintendente de Economia da CNI, Mário Sérgio Telles, a orientação da cúpula do setor industrial é que “não vai trabalhar pela inclusão de nenhum item, sob nenhuma hipótese, de redução de alíquota”. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Indicação de Magda à presidência da Petrobras será analisada por comitê na terça-feira (21)

Poder Executivo | 20/05/2024 – 20h30min

A indicação de Magda Chambriard à presidência da Petrobras será analisada na terça-feira (21) pelo comitê que analisa os currículos de candidatos a alta administração da estatal. A expectativa da empresa é que o conselho de administração aprove a nomeação na sexta-feira (24), concluindo a transição na companhia, hoje presidida interinamente pela diretora de relações institucionais, Clarice Copetti. Magda foi indicada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para substituir Jean Paul Prates, demitido na última terça (14) após longo processo de fritura. Sua principal missão será a de dar celeridade às entregas do bilionário plano de investimentos da estatal e mostrar resultados antes da eleição presidencial de 2026. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Contratação pela CLT elevaria arrecadação

Poder Executivo | 21/05/2024 – 05h03min

As decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) que validam a chamada “pejotização” podem gerar uma perda bilionária de arrecadação. Levantamento da Fundação Getulio Vargas (FGV-SP) aponta que se os trabalhadores que atuam por conta própria, após

a promulgação da reforma trabalhista, tivessem sido contratados como celetistas, a arrecadação poderia ser elevada em pelo menos R\$ 144 bilhões - caso todos fossem empregados em empresas do lucro real ou lucro presumido -, considerando os valores acumulados entre 2018 e 2023. Caso fossem contratados como empregados em empresas do Simples Nacional, representaria uma arrecadação de R\$ 89 bilhões. Esses valores representam, respectivamente, cerca de 6,2% ou 3,8% da arrecadação pública federal de 2023. As informações estão na “Nota Técnica sobre o Impacto da Pejotização sobre a Arrecadação Tributária”, encomendada pela seccional paulista da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB- SP), obtida com exclusividade pelo Valor. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

JUDICIÁRIO

TSE retoma julgamento de dois recursos que pedem cassação de senador Sergio Moro

Poder Judiciário | 21/05/2024 – 10h22min

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) retoma na terça-feira (21) o julgamento de dois recursos que pedem a cassação do senador Sergio Moro (União-PR). O debate começou na semana passada e a expectativa, entre interlocutores da corte, é que o ex-juiz da Lava-Jato seja absolvido. A sessão será transmitida ao vivo, a partir das 19h, pela TV Justiça e pelo canal do TSE no YouTube. Na última quinta-feira, houve apenas a leitura do relatório (uma espécie de resumo do caso) pelo ministro Floriano de Azevedo Marques. Agora, o julgamento será retomado com as sustentações orais dos advogados das partes e a manifestação do Ministério Público Eleitoral (MPE), que já apresentou parecer favorável a Moro. Em seguida, o relator passará a proferir seu voto, que poderá ou não ser seguido pelos demais ministros. Ao todo, o TSE é formado por sete magistrados. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

MP não tem legitimidade para pedir interrupção da cobrança de tributo, ainda que declarado inconstitucional

Poder Judiciário | 21/05/2024 – 07h40min

Para a Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o Ministério Público não é parte legítima para ajuizar ação com o propósito de impedir a cobrança de tributo, mesmo que ele tenha sido declarado inconstitucional. O entendimento foi estabelecido em ação civil pública na qual o Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) buscava impedir que uma concessionária continuasse cobrando dos consumidores a alíquota de ICMS de 25% aplicada sobre as contas de energia elétrica. Segundo o MPRJ, a alíquota já havia sido declarada inconstitucional pelo órgão especial do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ). A ação foi extinta sem resolução de mérito em primeiro grau, com sentença mantida pelo TJRJ. Em recurso especial, o MPRJ alegou que, por meio da ação civil pública, tentava assegurar tratamento igualitário a todos os consumidores, inclusive àqueles que não ajuizaram ação contra a concessionária. Para o órgão, como a matéria teria implicações no direito do consumidor, estaria justificada a sua legitimidade no caso. Fonte: ASCOM STJ

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Pejotização: STF mantém vínculos de emprego reconhecidos pela Justiça do Trabalho

Poder Judiciário | 21/05/2024 – 05h03min

As duas turmas do Supremo Tribunal Federal (STF) deram recentemente decisões que sinalizam uma alteração no entendimento da Corte sobre a chamada “pejotização”. Os ministros, por maioria de votos, mantiveram julgamentos da Justiça do Trabalho que reconheceram vínculo de emprego a profissionais contratados como pessoa jurídica. O entendimento adotado em reclamações julgadas pode significar, segundo especialistas, uma correção de rota para barrar o crescente volume de recursos apresentados no STF contra decisões trabalhistas favoráveis a “pejotas”. Em 2024, metade das reclamações recebidas pelos ministros é da área de Direito do Trabalho - 1,5 mil de um total de 3,1 mil recursos. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Pacheco defende lei sobre IA para não precisar de Judiciário

Poder Judiciário | 20/05/2024 – 23h40min

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), reforçou na 2ª feira (20.mai.2024) a necessidade de aprovação da regulamentação da IA (inteligência artificial) no Brasil. Para o senador, a análise do Congresso é importante para que não seja necessária uma iniciativa do Judiciário, que, segundo ele, está exposto por “omissões legislativas”. A declaração do congressista se deu em evento promovido pelo Iasp (Instituto de Advogados de São Paulo). Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Primeira Turma do STF analisa na terça-feira (21) denúncia apresentada contra Carla Zambelli

Poder Judiciário | 20/05/2024 – 20h24min

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) vai analisar na terça-feira (21) se aceita a denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) contra a deputada Carla Zambelli (PL-SP) e o hacker Walter Delgatti Neto por invasão de dispositivo informático e falsidade ideológica. O relator do caso é o ministro Alexandre de Moraes. O colegiado é formado também pelos ministros Luiz Fux, Cristiano Zanin, Flávio Dino e Cármen Lúcia. Zambelli e Delgatti foram acusados de invadirem o sistema do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e expedirem, entre outros documentos, um falso mandado de prisão contra Moraes. Segundo a PGR, a deputada de “maneira livre, consciente e voluntária, comandou a invasão a sistemas institucionais utilizados pelo Poder Judiciário, mediante planejamento, arregimentação e comando de pessoa com aptidão técnica e meios necessários ao cumprimento de tal mister”. Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Ministros discutem desafios para garantir independência do Judiciário em seminário no STF

Poder Judiciário | 20/05/2024 – 20h15min

Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) discutiram na segunda-feira (20) os desafios para garantir a independência do Poder Judiciário em meio a ataques antidemocráticos e avanços de organizações criminosas. O tema foi abordado em um dos painéis do Seminário Internacional Desafios e Impacto da Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), realizado no Tribunal. O outro painel abordou a liberdade de expressão. O painel “Independência Judicial e Democracia” contou com a participação dos ministros Gilmar Mendes, Cristiano Zanin e Flávio Dino, do Supremo, da ministra Daniela Teixeira, do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do juiz Eduardo Ferrer Mac-Gregor Poisot, da Corte IDH. ASCOM STF

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Defesa de Bolsonaro entra com recurso no STF para tentar reverter inelegibilidade

Poder Judiciário | 20/05/2024 – 17h25min

A defesa de Jair Bolsonaro (PL) apresentou recurso extraordinário ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para tentar reverter a inelegibilidade do ex-presidente e do então candidato a vice na chapa, Walter Braga Netto, nas ações que tratam das comemorações do Bicentenário da Independência, em 7 de setembro de 2022. O pedido, protocolado na quinta-feira (16), é para que o caso seja enviado para análise do Supremo Tribunal Federal (STF). Em outubro do ano passado, o TSE condenou Bolsonaro e Braga Netto por abuso de poder político e econômico por transformar as celebrações do dia 7 de setembro em atos de campanha. Na ocasião, os dois participaram de atos em Brasília e no Rio. Com a decisão, foi declarada a inelegibilidade de ambos por oito anos, contados a partir do pleito de 2022. Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ORÇAMENTO

Prefeitos têm razão ao cobrar União por mais recursos, diz Lula

Poder Executivo | 21/05/2024 – 13h06min

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou na 3ª feira (21.mai.2024) que os prefeitos de todo o país têm, muitas vezes, razão ao cobrar a transferência de mais recursos da União para poderem cumprir com responsabilidades criadas pelo governo federal. Disse que “nunca antes na história do Brasil” um presidente tratou os prefeitos com o “carinho e respeito” com que o governo atual trata. “Não é possível o país ser rico se a cidade é pobre. Não tem país rico com cidade pobre. Não é possível tomar decisões políticas a nível nacional sem a gente medir a consequência dela quando chega na ponta na cidade”, disse o presidente durante discurso na Marcha dos Prefeitos, em Brasília. “Muitas das vezes nós precisamos transferir uma parte do dinheiro junto para poder o prefeito cumprir aquilo que nós determinamos, porque, senão, não vai acontecer”, disse. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

POLÍTICA

Lira impõe silêncio a candidatos à presidência da Câmara sobre sucessão

Poder Executivo | 21/05/2024 – 13h44min

Os pré-candidatos à presidência da Câmara dos Deputados Antonio Britto (PSD-BA) e Elmar Nascimento (União-BA) têm preferido adotar o silêncio sobre a eleição interna da Casa. Ambos foram alertados por Arthur Lira (PP-AL) que, aqueles que falarem sobre sua sucessão antes das eleições municipais, não terão seu apoio. Atual presidente da Câmara, Lira mostrou grande incômodo com o que considera ser a “antecipação” do debate sobre sua sucessão. A eleição interna acontece em fevereiro do ano que vem. O parlamentar vê um movimento para esvaziar sua influência e tem trabalhado contra isso. Tanto Britto quanto Elmar passaram a buscar apoios intensamente nos bastidores, apesar de se recusarem a dar declarações públicas sobre a disputa. Nas conversas, os dois se colocam como os preferidos de Lira. Fonte: O Globo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Diante de prefeitos, Lira defende solução negociada para desoneração da folha

Poder Executivo | 21/05/2024 – 13h31min

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), defendeu, na terça-feira (21), um texto de consenso sobre a desoneração da folha de pagamentos para municípios. Segundo o parlamentar, é importante que se permita, de um lado, que as prefeituras ganhem um fôlego maior para poder se recuperar dos custos do período pós-pandemia e, de outro, que se atenda à necessidade de o governo federal realizar o ajuste fiscal. Lira participou da 25ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios na terça-feira (21). O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), também estiveram no evento, acompanhados por ministros e parlamentares. Fonte: InfoMoney

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Período de escolha do líder da minoria no Congresso é alterado

Poder Executivo | 21/05/2024 – 08h17min

O presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), promulgou resolução aprovada pelos deputados e senadores para alterar o regimento comum para ajustar o período de escolha do líder da minoria no Congresso Nacional. Segundo resolução, publicada na terça-feira no Diário Oficial da União (DOU), a escolha do líder da minoria no Congresso Nacional será de dois em dois anos e será feita de forma alternada entre senadores e deputados federais. A regra começa a ser aplicada no biênio 2023 e 2024 pelo Senado Federal. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

'É provável que o União Brasil caminhe com Lula em 2026', diz ministro do Turismo sobre disputa à Presidência

Poder Executivo | 19/05/2024 – 04h31min

Titular do Ministério do Turismo há quase um ano, Celso Sabino acredita que seu partido, o União Brasil, caminha para apoiar uma eventual candidatura à reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2026, mesmo com o governador de Goiás, Ronaldo Caiado, correligionário de Sabino, tentando viabilizar seu nome como pré-candidato na disputa. Sabino assumiu o comando da pasta por indicação do União Brasil na tentativa de ampliar o apoio do partido ao Palácio do Planalto. Desde então, o ministro tem atuado como articulador do governo nos bastidores e dedica boa parte da sua agenda ao diálogo com os parlamentares. Próximo ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), que cortou relações com o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, Sabino acredita que a articulação entre os dois Poderes está afinada. Fonte: O Globo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Entidades e sindicatos de cinema pedem aprovação do PL dos streamings Poder Legislativo | 20/05/2024 – 22h28min

Entidades do setor audiovisual, sindicatos e festivais de cinema assinaram uma carta aberta a favor da aprovação do PL 8.889 de 2017, que regula e taxa as plataformas de streaming. O documento foi enviado na 6ª feira (17.mai.2024) a deputados federais. Eis a íntegra (845 KB – PDF). Chamado pela oposição de “PL da Globo”, o texto entrou na pauta da Câmara em 15 de maio, mas o relator, André Figueiredo (PDT-CE), pediu o adiamento da análise por falta de acordo entre os partidos – principalmente PL, União Brasil e Novo. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

RELAÇÕES EXTERIORES

Gestão debate identidade digital, assinatura eletrônica e interoperabilidade com União Europeia e países da América latina e Caribe Poder Executivo | 21/05/2024 – 10h18min

Representantes de mais de 30 países da América Latina e a União Europeia debateram, na última semana, na Costa Rica, iniciativas para promover a identidade digital, assinatura eletrônica e interoperabilidade transfronteiriças. O Brasil foi representado no evento pelo diretor de Identidade Digital do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), Hudson Mesquita, e pelo coordenador-geral de Interoperabilidade, Marcos Pinto. “Ao longo dos três dias de evento, discutimos como avançar nesses três temas e discutimos as prioridades entre os países”, explicou Mesquita. “O próximo passo desse encontro é definir um plano de ação conjunto entre os países, para avançar nos projetos. É importante que diversos países estejam discutindo esse tema, que pode simplificar a vida de milhões de pessoas”, complementou. Fonte: ASCOM MGI

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TRABALHISTA

Politização eleitoral e desacordo com sindicatos paralisa PL dos motoristas de aplicativos na Câmara Poder Executivo | 21/05/2024 - 13h

A politização em torno do projeto de lei que regulamenta o trabalho de motoristas de aplicativos e a briga entre sindicatos foram os principais motivos que paralisaram a tramitação do projeto na Câmara dos Deputados, em um revés para o governo Lula (PT). O Executivo enviou a proposta ao Congresso sob regime de urgência —que exige a deliberação do texto em até 45 dias—, mas teve de recuar diante das críticas feitas por trabalhadores e congressistas. Além disso, se o texto fosse à votação, o governo provavelmente seria derrotado. A regulamentação desses trabalhadores é uma promessa de campanha de Lula e representa um gesto do petista ao segmento, que é mais alinhado ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

**Caixa tenta recuperar mais de R\$ 6 bi em dívidas de agentes financeiros junto ao
FGTS**

Poder Executivo | 20/05/2024 - 15h36min

A Caixa Econômica Federal tenta recuperar mais de R\$ 6 bilhões em dívidas de agentes financeiros junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Estes débitos se referem a contratações habitacionais realizadas pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), extinto em 1986. Segundo informações da Caixa, com base nas Demonstrações Financeiras de 2022 e divulgadas em 2023, as operações inadimplentes, que poderão ser renegociadas, somavam o valor de R\$ 6,32 bilhões. A renegociação da dívida foi aberta no dia 07 de maio quando o banco divulgou, no Diário Oficial da União (DOU), uma circular para definir parâmetros e condições de renegociação de dívidas nas áreas de habitação, saneamento, infraestrutura e demais operações. Pela circular, os devedores poderão prorrogar a carência até 31/12/2026, desde que o agente tenha adotado as providências para a novação de seus créditos. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)